

# Mudanças nas políticas sociais



**Andressa Tavares Corrêa**

**P**olíticas públicas são estabelecidas, em sua grande maioria, pela política, porém só a política não é capaz de transformá-las em ações governamentais. Elas dependem também dos fatos e da maneira pela qual os fatos são vistos e interpretados.

Em linhas mais gerais, a estrutura social de um país é dada pela sua estrutura demográfica, sua ocupação, a distribuição da riqueza entre seus habitantes e sua distribuição espacial e geográfica. Considerando-se ainda a existência de divisões de natureza étnica, cultural e a educação.

A sociedade brasileira vem se transformando rapidamente ao longo das últimas décadas, a tal ponto que a política social, muitas vezes, é superada pelos fatos.

As políticas de controle de natalidade são essenciais no combate aos problemas sociais, entretanto, a redução da fecundidade da população não é resultado de nenhuma política governamental deliberada, e sim consequência de uma série de mudanças

ocorridas na sociedade, como o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o aumento do nível educacional, o acesso à informação, a disponibilidade de meios contraceptivos e a mudança dos valores e da cultura da população.

O impacto dessa transformação é grande, mas ainda há muito o que se mudar, sobretudo no que se refere à população de baixa renda.

Tocar no assunto do controle da natalidade é sempre algo polêmico. Provoca correntes religiosas, linhas radicais de esquerda e incompreensão de uma grande massa de semi-esclarecidos sem espírito público, vocação social, nem sensibilidade.

Alguns acham que, ao invés de distribuir contraceptivos, o governo deve combater a miséria e o desemprego. Sim. Mas uma medida não exclui a outra ou, ainda, as ações para o combate a essa situação demoram alguns anos para dar resultados. Enquanto isso, segue aumentando a massa de população abaixo da linha da pobreza.

O básico é a justiça social e

um pouco de igualdade, no sentido de igualdade de oportunidades – que só pode ser dada pela educação – e de correção das desigualdades gritantes, via maciços programas de investimento social.

A esse básico temos de agregar demandas derivadas do quadro de caos social que degenerou em índices elevadíssimos de delinqüência social urbana, que contaminam progressivamente toda a sociedade.

A desigualdade social no Brasil é considerada uma das mais altas do mundo, evocando a imagem de um país dividido entre uma pequena elite de altos rendimentos e uma grande população vivendo miseravelmente.

Existem boas razões para se preocupar com as situações de extrema pobreza e desenvolver

políticas assistenciais e compensatórias, que possam socorrer pessoas em situações de maior de privação. Mas a prioridade deve estar voltada para o controle da natalidade e para os programas de geração de renda e oportuni-

des de trabalho.

A implantação de políticas públicas, porém, depende de vários fatores que incluem as emergências de curto prazo, que devem ser enfrentadas com realismo.

A médio e longo prazos, as políticas bem-sucedidas serão aquelas que consigam ir além do imediatismo e, a partir de um diagnóstico correto a respeito dos problemas existentes, criem mecanismos e possibilidades efetivas para enfrentá-los.

Nenhuma política social será bem sucedida se não estiver associada a uma política econômica bem articulada e coerente, capaz de gerar emprego e riqueza.

A construção de uma sociedade competente, responsável, comprometida com os valores de equidade de justiça social e que não caia na tentação fácil do populismo e do messianismo político, é uma tarefa de longo prazo. Mas não há outro caminho a seguir.

**Andressa Tavares Corrêa é assistente social (Ufes)**

*“... as políticas bem-sucedidas serão aquelas que consigam ir além do imediatismo”*